



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA**

REQUERIMENTO Nº 002/2026

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA QUE OFICIE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E AO SAAEP ACERCA DAS SUAS ATRIBUIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E OPERAÇÃO NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO.

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), para que prestem informações detalhadas sobre a reestruturação do SAAEP e suas novas competências de fiscalização dos serviços concedidos à empresa Águas do Pará e de operação nas zonas rurais, no âmbito da transição estabelecida pelo novo Marco Legal do Saneamento e pela criação da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE).

Parauapebas, 10 de fevereiro de 2026.

**ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

JUSTIFICATIVA

O município de Parauapebas vivencia uma profunda transformação na gestão de seus serviços de saneamento básico, iniciada em janeiro de 2026 com a transição da operação urbana para a concessionária Águas do Pará (Grupo AEGEA), conforme o Contrato de Concessão nº 023/2025, no âmbito da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Neste novo cenário, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), autarquia de grande importância histórica para o nosso município, foi reconfigurado para exercer duas funções estratégicas: a fiscalização do contrato de concessão na esfera municipal e a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas rurais.

Considerando a complexidade desta transição e a necessidade de garantir que os interesses da população de Parauapebas sejam resguardados, é fundamental que o Poder Legislativo exerça sua função fiscalizadora de forma ativa e informada. A transparência sobre a nova estrutura, as competências, os planos de trabalho e os recursos do SAAEP é imprescindível para assegurar a continuidade, a qualidade e a universalização dos serviços, tanto na área urbana, agora sob responsabilidade da concessionária, quanto na zona rural.

A ausência de informações claras sobre como o SAAEP está se estruturando para essa nova realidade gera incertezas. É dever desta Casa Legislativa compreender em detalhe como se dará a fiscalização do cumprimento das metas contratuais pela Águas do Pará, como serão geridos os serviços nas comunidades rurais e de que forma a comunicação com a agência reguladora estadual, a ARCON-PA, será conduzida para garantir uma atuação coordenada e eficaz.

Diante do exposto, e com o objetivo de promover a transparência e o controle social sobre um serviço público essencial, este requerimento busca obter informações cruciais para o acompanhamento das novas responsabilidades do SAAEP. As respostas a seguir são vitais para que este Parlamento possa avaliar a eficácia do novo modelo e garantir que a população de Parauapebas receba serviços de saneamento com a qualidade e a dignidade que merece.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

No prazo legal, requer-se que o Poder Executivo, por meio do SAAEP, informe:

1. Qual o detalhamento formal do escopo das responsabilidades de fiscalização do SAAEP sobre o contrato de concessão da empresa "Águas do Pará", incluindo os instrumentos e a metodologia que serão utilizados?
2. Qual o plano operacional e de investimentos do SAAEP para a manutenção e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas rurais de Parauapebas?
3. Como está estruturada a comunicação e a divisão de responsabilidades entre o SAAEP e a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON-PA) na fiscalização da concessionária?
4. Quais são os Indicadores de Desempenho específicos que o SAAEP utilizará para monitorar e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela "Águas do Pará" à população urbana?
5. Desde o início do período de transição em janeiro de 2026, o SAAEP identificou alguma falha operacional, descumprimento contratual ou queixa recorrente de usuários em relação à atuação da "Águas do Pará"? Em caso afirmativo, quais foram e que medidas foram adotadas?
6. Qual a atual estrutura organizacional do SAAEP (organograma, número de servidores, qualificações) dedicada às novas funções de fiscalização e operação rural? Houve ou haverá novas contratações ou capacitações?
7. De que forma o SAAEP está recebendo, processando e respondendo às reclamações e solicitações dos usuários sobre os serviços de água e esgoto, tanto da área urbana quanto da rural, neste novo modelo?
8. Qual o plano de gestão para os ativos e a infraestrutura do SAAEP que não foram transferidos à concessionária, incluindo prédios, veículos, equipamentos e redes antigas?



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

9. Quais os procedimentos e a frequência das análises de qualidade da água que o SAAEP está realizando nas fontes e redes de distribuição das áreas rurais sob sua responsabilidade direta?

10. Qual o planejamento estratégico de longo prazo para o SAAEP, considerando sua sustentabilidade financeira e seu papel permanente no novo ecossistema de saneamento de Parauapebas?

Pelas razões expostas, apresento este requerimento aos nobres pares, solicitando ao Gabinete do Prefeito Municipal de Parauapebas e à diretoria do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP) que encaminhem a esta Casa de Leis, no prazo regimental, as informações e documentos acima elencados. Tais dados são essenciais para o exercício da fiscalização parlamentar e para garantir que a transição no modelo de saneamento resulte em benefícios concretos e duradouros para toda a população de Parauapebas.

Parauapebas, 10 de fevereiro de 2026.

ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT